

EXTRATIVISMO OU PLANTIO: RECUPERAR O TEMPO PERDIDO

Alfredo Kingo Oyama Homma

Engenheiro-agrônomo, D.Sc. Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Amazônia Oriental, Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/n, 66.095-100 Belém, Brasil
homma@cpatu.embrapa.br

Resumo

A importância econômica de produtos extrativos tem apresentado modificações ao longo da História. Assim é o caso de vários produtos que tiveram grande importância na formação econômica, social e política da Amazônia. Entre esses produtos, podem ser mencionados as “drogas-do-sertão” e o cacau, no período colonial, a borracha, a castanha-do-pará, o palmito e o fruto do açaizeiro, assim como a extração da madeira, entre os principais. A sustentabilidade dos recursos extrativos apresenta modificações com o progresso tecnológico, o aparecimento de alternativas econômicas, o crescimento populacional, a redução dos estoques, os níveis de salário da economia, os preços relativos e muito outros fatores. De uma forma geral, as atividades extrativas se iniciam, passam por uma fase de expansão, de estagnação e depois declinam, no sentido do tempo e da área espacial. Para considerar a opção extrativa como uma alternativa viável para o desenvolvimento da Amazônia, esta questão deve ser considerada com cautela. No caso de produtos extrativos que apresentam um grande estoque natural, como é o caso do fruto e do palmito do açaizeiro, da madeira, da castanha-do-pará e, até mesmo, da seringueira, medidas devem ser tomadas para permitir uma extração mais balanceada. No caso de produtos extrativos, a sobrevivência desse sistema não deve ser planejada em detrimento das alternativas tecnológicas decorrentes da domesticação. Para muitos produtos extrativos, a oferta extrativa não consegue atender o crescimento do mercado como acontece com o pau-rosa, o bacuri, a madeira, o uxi, a seringueira, entre outros. São alternativas econômicas que estão sendo negligenciadas para a geração de renda e emprego. Nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabilidade econômica e vice-versa, e o crescimento do mercado tende a provocar o colapso da economia extrativa pela incapacidade de atender a demanda. É falsa a concepção de considerar todo produto não-madeireiro como sustentável. A redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia vai depender mais das ações concretas, que visam à utilização parcial da fronteira interna já conquistada, do que a opção extrativa, que apresenta grandes limitações, e também do contingente populacional envolvido. Nesse sentido, a implementação de políticas agrícolas é mais importante do que a própria política ambiental para resolver as questões ambientais. A ênfase da biodiversidade em algo por descobrir tem prejudicado a definição de rumos concretos de políticas públicas na Amazônia, esquecendo a biodiversidade do presente e do passado. Os produtos extrativos que apresentam

alta elasticidade de demanda, ou quando todo o excedente do produtor é captado pelos produtores, apresentam maiores chances de sua domesticação imediata. Nem todos os produtos extrativos vão ser domesticados. Aqueles que se apresentam com grandes estoques na natureza, baixa importância econômica, existência de substitutos, dificuldades técnicas para o plantio, longo tempo para a obtenção do produto econômico terão maiores dificuldades para que se transformem em plantas cultivadas.

Introdução

Em dezembro de 2003, completaram-se 15 anos do assassinato do líder sindical Chico Mendes. Nome conhecido internacionalmente, ao lado de Pelé, além da Amazônia e do Carnaval. O ano de 1988 tornou-se, dessa forma, um divisor de água para a sociedade brasileira e internacional, quanto à insensatez do processo de ocupação baseado nas derrubadas e queimadas de floresta densa. A grande pergunta que fica é se realmente o extrativismo vegetal defendido pelos seguidores de Chico Mendes seria a forma ideal de desenvolvimento para a Amazônia? Não estariam sendo negligenciadas excelentes oportunidades para as plantas já domesticadas e incluir novos recursos da biodiversidade? Se não estaria havendo um equívoco na condução da política ambiental para a Amazônia?

Domesticação é um efeito natural do crescimento da demanda

A análise do processo histórico da humanidade evidencia que a economia extrativa apresenta grandes limitações. Desde quando Adão e Eva provaram a primeira maçã extrativa no Paraíso, o Homem verificou que não poderia depender exclusivamente da caça, pesca e coleta de produtos florestais. Dessa forma, há 10 mil anos, quando se iniciou a agricultura, o Homem domesticou cerca de 3 mil plantas e centenas de animais, que constituem a base da agricultura mundial, e que este mesmo fenômeno ocorreu e está ocorrendo na Amazônia, e também no país. Vejam as domesticações do cacauzeiro (*Theobroma cacao* L.), seringueira (*Hevea brasiliensis* M. Arg.), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum* (Spreng.) Schum), guaranazeiro (*Paullinia cupana* HBK), pupunheira (*Bactris gasipaes* HBK), urucuzeiro (*Bixa orellana* L.), jambu (*Wulffia stenoglossa*), jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Staf.), coca (*Erythroxylum coca* Lam.), entre outros, na Amazônia. Alguns produtos que ainda dependem de coleta extrativa, como bacuri (*Platonia insignis* Mart.), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* HBK), pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke), seringueira, tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart), uxi (*Endopleura uchi* (Huber) Cuatrecasas)

já atingiram o limite da capacidade de oferta (Homma, 1989; Cardoso, 1997; Pastore Júnior & Borges, 1998, 2000; Gonçalves, 2001; Silva et al., 2002; Ferreira, 2003), sendo necessário efetuar plantios racionais. Quando o mercado está em crescimento e o setor extrativo não consegue atender a demanda, a domesticação torna-se inevitável, se esta apresenta uma lucratividade apropriada.

Logo após a descoberta do Brasil, o extrativismo do pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam) foi o primeiro ciclo econômico que ocorreu e que perdurou por mais de três séculos. Com o passar do tempo, as reservas de pau-brasil começaram a se esgotar, no entanto esse processo coincidiu com a descoberta da anilina. Vários produtos extrativos têm sido afetados com a substituição por produtos sintéticos, como as ceras (carnaúba, *Copernicia cerifera*), linalol sintético (essência de pau-rosa), DDT (timbó, *Derris nicou* (Aubl.) Macbr. e *D. urucu* K. et Sm.), cinchona (quinino, *Chinchona calisaya* Wedd. e *C. ledgeriana* R. et P.), jaborandi, chicles sintéticos, borracha sintética (três quartos do consumo mundial de borrachas), entre outros.

Extrativismo não é competitivo

A dispersão dos recursos extrativos na floresta faz com que a produtividade da mão-de-obra e da terra seja muito baixa, fazendo com que essa atividade seja viável pela inexistência de alternativas econômicas, de plantios domesticados, de substitutos sintéticos ou da existência de grandes estoques extrativos na Natureza. Na medida em que novas alternativas são criadas e as conquistas sociais elevem o valor do salário-mínimo e, por ser uma atividade com baixa produtividade, torna-se inviável a sua permanência. Um dos erros dos defensores da opção extrativa para a Amazônia é considerar este setor como isolado dos demais segmentos da economia. Quando os ingleses procederam a domesticação da seringueira no Sudeste asiático, efetuando-se a terceira experiência bem sucedida de biopirataria na Amazônia (cacau, cinchona), de um produto ativo da economia, provocaram o maior caos econômico, social e político que a região já experimentou. Foi como se tivesse retirado a energia elétrica de um eletrodoméstico.

As reservas extrativistas e suas variantes estão sendo consideradas como a grande idéia ambiental brasileira, como uma maneira de se evitar o desmatamento na Amazônia, melhor opção de renda e emprego, proteção da biodiversidade, entre outras atribuições. Isto, na verdade, constitui um grande equívoco, uma vez que o ato de desmatar constitui um reflexo da

situação econômica do extrator. Se, em termos relativos, os preços de produtos agrícolas forem superiores aos dos produtos extrativos, a tendência inevitável é proceder ao desmatamento para o plantio de roças e abandonar as atividades extrativas. Este é o fenômeno que tem levado à contínua queda da produção da borracha extrativa na Amazônia, mais do que o efeito da própria domesticação. A não ser que a sociedade subsidie o extrativismo, crie mercados políticos para produtos locais, dando dimensão global, o crescimento do mercado constitui-se um risco para a sua manutenção.

Extrativismo no contexto da urbanização

Está-se assistindo no país um forte processo de migração rural-urbana e que não é diferente na Amazônia. Apesar do estereótipo da imagem de “povos da floresta”, a Amazônia é praticamente urbana. A urbanização, segundo o Censo Demográfico de 2000, atinge 64% (Rondônia), 66% (Acre e Pará), 74% (Amazonas e Tocantins), 76% (Roraima) e 89% (Amapá)¹. Estes migrantes, ao se dirigirem aos centros urbanos, incrementam os níveis de desemprego e subemprego, favelamento e criminalidade, neutralizam as políticas sociais, e as soluções envolvem, por isso, altíssimos custos sociais. Para evitar a formação deste *apartheid* urbano, pode-se justificar uma política em favor da manutenção do extrativismo, evitando-se a migração para os centros urbanos e de preservação de direitos de minorias, do que uma opção de desenvolvimento regional. Mas, essa urbanização, como corolário, implica na redução relativa e absoluta da população vivendo no meio rural, indicando a necessidade de elevar a produtividade da mão-de-obra e da terra. Com a redução absoluta da população rural, aumenta o custo de oportunidade da mão-de-obra, tornando mais lucrativo a sua venda e inviabilizando, também, àquelas atividades com menor produtividade. Em nível nacional, uma pessoa que vive no campo deve produzir alimento e matérias-primas para si e para mais quatro pessoas que vivem nas cidades, sem contar as exportações. Na Amazônia, cada pessoa que vive no campo deve produzir para mais de uma pessoa que vive nas cidades, a fim de manter esse equilíbrio relativo. Esta demanda existente é outro aspecto que reduz a importância de considerar o extrativismo vegetal como opção adequada para a Amazônia.

¹ Informações obtidas do site: <http://www.ibge.gov.br>.

Extrativismo não corresponde à cultura dos migrantes

O extrativismo tem a sua importância, para determinados locais, produtos e circunstâncias, sem o perigo da sua generalização. Aos extratores, cabem o direito de decidir sobre o seu destino e opção. As transformações econômicas, sociais e políticas como a que ocorreu no Polígono Castanheiro de Marabá, decorrente das descobertas de minérios de Carajás, garimpos, expansão da fronteira agrícola, forte corrente migratória, abertura de rodovias, entre outros, tornam bastante difícil defender a manutenção de castanhais nessas áreas. Os migrantes que se dirigem àquela região, como as invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, têm o seu sentido de luta, em conseguir terra para uso agrícola e não para viver da coleta de castanha-do-pará.

Nos últimos quatro séculos de ocupação na Amazônia, a drenagem dos recursos florestais tem sido a base da sustentação econômica. Retirar produtos da floresta ou suprimir tem sido a lógica de sua ocupação. Mercados foram mudando ao longo do tempo, constituindo-se em diversos ciclos como foi a do cacau, seringueira, pau-rosa, castanha-do-pará, madeira, palmito e fruto do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart), entre dezenas de outros. Com exceção da civilização indígena que vivia na Amazônia na época pré-colombiana que chegou a ter uma população de 2 milhões de habitantes, pode-se afirmar que estes eram sustentáveis de fato.

Extrativismo ou plantio: qual a solução?

Qual seria a solução para a Amazônia? A resposta a essa questão escapa do âmbito exclusivo de colocar o extrativismo vegetal e as reservas extrativistas como solução para os macroproblemas da Amazônia. Defronta-se com bolsões de pobreza rural e urbana e a existência de 600 mil pequenos produtores que necessitam efetuar desmatamento para garantir a sua sobrevivência. A prevalecer o atual padrão tecnológico, serão inevitáveis o esgotamento das reservas madeireiras mais acessíveis, a degradação das pastagens e a contínua destruição dos estoques florestais. Há necessidade de se criar novas alternativas frente à globalização, produzir alimentos para 17 milhões de habitantes que vivem na região, entre outros.

Ignorância do potencial das áreas desmatadas para estabelecer uma produção intensiva

A solução integral não está em criar uma economia baseada na coleta de produtos florestais e da venda dos serviços ambientais, mas em uma atitude que envolva a utilização parcial de mais de 62 milhões de hectares desmatados, que aumenta todo ano, procurando tecnificar a agricultura, induzindo atividades mais intensivas em mão-de-obra, terra e àquelas em que não seria possível absorver economias de escala. A produção de alimentos deveria ser mercado cativo da produção familiar como forma de gerar renda e emprego, desenvolvimento de cultivos perenes nos quais a Amazônia apresenta vocação, como a seringueira, pau-rosa, bacurizeiro, dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.), cacauzeiro, reflorestamento para produção de celulose, carvão e madeiras nobres, assim como todas aquelas que são altamente intensivas no uso de mão-de-obra e terra. A pecuária, em caráter mais intensivo, com infra-estrutura sanitária e sem a incorporação contínua de novas áreas, apresenta também excelentes oportunidades para a Amazônia. A domesticação de plantas medicinais, inseticidas, aromáticas, entre os principais, precisa ser melhor avaliada por meio da pesquisa e não depender apenas da simples coleta extrativa e da vergonhosa biopirataria. Não se descarta o risco de aparecimento de substitutos decorrente do progresso científico e tecnológico, como aconteceu para a cinchona (quinino), jaborandi (maleato de timolol, dorzolamida, latanoprost), pau-rosa (linalol), cumaru (*Dypterix odorata* Aubl.) (cumarina), timbó (DDT), entre os principais.

Nos últimos 15 anos, grande parte do esforço das políticas ambientais para a Amazônia sempre esteve voltada mais para salvar o que resta da floresta do que dar atenção para a parte destruída. Com o início do governo Lula, o uso da floresta passa a ser enfatizada com força política como modelo de desenvolvimento sustentável para gerar renda, emprego, cobrança pelos serviços ambientais e de reduzir a fome².

A seguir, fazer-se-ão comentários com relação a três macro-alternativas como contraponto ao modelo extrativista que se pretende colocar para a Amazônia:

² Informações obtidas nos sites: <http://www.mma.gov.br>, www.ibama.gov.br, www.mda.gov.br

1. Percepção da falsa importância econômica da biodiversidade

Pode-se afirmar que o primeiro grande mito no Novo Mundo surgiu com a obsessão da busca da Fonte da Juventude, por Juan Ponce de León (1474-1521), que veio na segunda viagem de Cristóvão Colombo, em 1493. Juan Ponce de León, até a sua morte, em Cuba, em 1521, descobriu Porto Rico, em 1506, e a Flórida, em 1513, e procurou tenazmente encontrar a Fonte da Juventude. Outro mito em que os exploradores espanhóis se dedicaram foi a busca do “El Dorado”, nos séculos XVI e XVII, acreditando na existência de fabulosas cidades de ouro e prata, transmitidas pelas lendas indígenas dos Andes (Homma, 2002). Será que a exploração de plantas medicinais, aromáticos, inseticidas e corantes naturais vai ser a grande riqueza da Amazônia no futuro? Um exemplo desse prognóstico afirma que, em 2050, a Amazônia seria capaz de produzir 1,28 trilhão de dólares, equivalente a dois PIBs do país (2000). O valor da produção em dólares seria distribuída da seguinte forma: petróleo, 650 bilhões; medicamentos e cosméticos, 500 bilhões; agricultura e extrativismo, 50 bilhões; minérios, 50 bilhões; carbono, 19 bilhões; turismo, 13 bilhões; e madeira, 3 bilhões (Coutinho, 2001; Buchalla, 2002). Outra especulação refere-se à Amazônia como vendedora de água potável para o mundo, e, a despeito disso, sem medidas concretas para resolver os problemas do cotidiano.

Sem dúvida que esses mitos foram importantes para a ampliação do conhecimento sobre a geografia, da flora e da fauna e, também, para realimentar ainda mais os mistérios sobre a Amazônia. A primeira descida do Rio Amazonas, que recebeu o seu batismo, pela expedição de Francisco Orellana, em 1541/1542, foi na crença da busca de riquezas impulsionadas pelo mito do “El Dorado”.

O que é biodiversidade da Amazônia? A biodiversidade é toda planta ou animal que já foi riqueza no passado, e de plantas e animais explorados no momento, com problemas de preços, mercados, pragas e doenças, etc., e de outros que poderão ser descobertos. Biodiversidade é o cacaueteiro, a seringueira, a mandioca (*Manihot esculenta*), o tomateiro (*Lycopersicon* spp.), a batata-inglesa (*Solanum tuberosum*), a cinchona, o guaranazeiro, a castanha-do-pará, o pau-rosa, o cupuaçuzeiro, a pupunheira, o açaizeiro, a madeira, etc. Biodiversidade inclui, também, plantas e animais exóticos como a juta (*Corchorus capsularis* L.), a pimenteira-do-reino (*Piper nigrum* L.), o jambeiro (*Syzygium malaccensis* (L.) Merr. & Perry), o mamueiro-hawai (*Carica papaya* L.), o mangostão (*Garcinia mangostana*), o rambutã

(*Nephelium lappaceum* L.), a durian (*Durio zibethinus*), o nim (*Azadirachta indica* A. Juss), etc., e animais como búfalos, bovinos, etc.

Na Amazônia, as exportações baseadas na extração de recursos naturais têm sido o fulcro do seu comércio exterior desde os primórdios de sua ocupação. Assim foi com as exportações de cacau, borracha, pau-rosa, castanha-do-pará, madeira, palmito de açazeiro, óleo de babaçu (*Orbygnia phalerata* Martius), camarões, pescado, peixes ornamentais, entre os principais, e alguns com dependência externa quase integral. Estes produtos seguem a fase de expansão, estagnação e posterior declínio, decorrente do esgotamento, perda do poder de monopólio e aparecimento de substitutos. Assim foi com o ciclo do cacau, que teve o pico máximo de participação na economia colonial, com 97% do valor das exportações (em 1736), o da seringueira como terceiro produto da pauta das exportações nacionais por 30 anos (1887-1917), com seu pico máximo de participação ocorrido em 1910, com 39%, e novamente, em 1945, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com 70% das exportações oriundas da Região Norte. O pau-rosa teve a sua participação máxima nas exportações da Região Norte, em 1955, com 16%, e a castanha-do-pará, em 1956, com 71% (Homma, 2003). Mas, no contexto histórico, mudou-se das exportações de produtos extrativos vegetais para o extrativismo mineral, que atualmente representa 75% do valor das exportações do Estado do Pará (Tabela 1). Considerando-se o ano base 2002, refletindo a tendência verificada nos últimos anos, as exportações dos produtos da biodiversidade representaram pouco mais de 15%, destacando-se a madeira e derivados.

Produto	Participação
	(%)
Minério-de-ferro	22,72
Minerais eletro-intensivos (alumínio, alumina, bauxita)	20,07
Caulim	4,68
Madeira e derivados	11,60
Camarões	0,45
Castanha-do-pará	0,36
Peixes congelados	0,21
Palmito	0,17
Peixes ornamentais	0,08
Lagosta	0,08
Óleo de pau-rosa	0,02
Pimenta-do-reino	1,35
Soja	0,42
Café	0,19
Couros	0,14
Suco de abacaxi	0,08
Óleo de dendê	0,05
Total	100,00

Fonte: www.mdic.gov.br

Tabela 1. Participação de recursos minerais e de produtos da biodiversidade nas exportações da Região Norte, em 2002.

Dessa forma, a imagem associada à Amazônia, de que a biodiversidade é o maior filão para as exportações, com exceção da madeira, representa algo insignificante. As exportações de soja que estão sendo utilizadas como justificativas para as construções de hidrovias, ferrovias, asfaltamento e abertura de novas estradas poderão mudar esta participação relativa, servindo como corredor de exportação e de produção. Quanto aos recursos naturais, estes ao longo da história passaram por diversos ciclos econômicos, sendo substituídos quando são esgotados ou decorrentes de aparecimentos de novas áreas produtoras ou de novas alternativas econômicas (Homma, 2002).

2. Importância de promover a domesticação

É fácil perceber que todos os produtos da biodiversidade constituem uma atividade econômica como outra qualquer no mundo (Leakey & Newton, 1994; Leakey et al., 1996; Vilela-Morales & Valois, 2000). A transformação dos produtos da biodiversidade em riqueza vai depender de tecnologia, de investimentos no setor produtivo, do controle da cadeia produtiva, do mercado, entre outros. No caso da Amazônia, a exploração desses produtos da biodiversidade sempre pecou pela formação de ciclos econômicos, o seu declínio e transferências de problemas e mazelas para o ciclo seguinte, com efeito retardado de Ciência & Tecnologia e baseado no uso predatório dos recursos naturais, com entrada e saída de recursos genéticos. A sociedade precisa amadurecer quanto à concepção da questão da biodiversidade e do comércio nacional e internacional (Ricupero, 2000; Bacal, 2001).

Vários produtos ou atividades que dependem da oferta extrativa evidenciam um conflito entre a oferta natural e a demanda, pelo limite dos estoques disponíveis ou pelo caráter predatório da sua extração. Entre os principais produtos nos quais se observam grandes possibilidades, no que diz respeito à tecnologia, mais precisamente a um retardamento tecnológico, destacam-se o pau-rosa, seringueira, bacuri, madeira nobres, para compensados e para a produção de carvão vegetal, e de hortaliças não-convencionais. Quando o custo para a obtenção do produto, no processo extrativo, é menor, tende a desestimular os plantios racionais; no entanto, com o crescimento da demanda, seu plantio torna-se inevitável.

Apesar da ênfase imaginária dos novos produtos da biodiversidade, diversas plantas atualmente cultivadas não estão recebendo a devida atenção como alternativa para o desenvolvimento. Pode-se mencionar as culturas do cacauzeiro, cafeeiro (*Coffea spp.*), cupuaçuzeiro, maracujazeiro (*Passiflora edulis* Sims), dendezeiro, guaranazeiro, bananeira (*Musa spp.*), pimenteira-do-reino, pastagens, arroz, mandioca, seringueira, entre os principais. Todos apresentam algum problema tecnológico, necessidade de melhoria da qualidade, com amplas possibilidades de gerar renda e emprego e de reduzir os desmatamentos e queimadas.

Quanto aos produtos extrativos que já chegaram ao limite da capacidade da oferta ou, então, estão em decréscimo, o atraso tecnológico e o início dos plantios racionais chegam a ser de duas a três décadas, como pode se demonstrar por alguns exemplos:

- A cultura do **pau-rosa**, que no passado (em 1951) chegou a exportar 444 t, no momento está na casa das 23 t, o que mostra o potencial que o desenvolvimento dessa cultura representa para a Amazônia, cujo valor poderia ser estimado em 60 milhões de dólares, sem incluir mais 3 milhões de dólares do similar sintético importado.
- Os próprios seringueiros do Acre já chegaram à conclusão de que não se pode viver apenas da extração do **látex**, basta dizer que a borracha extrativa caiu de quase 23 mil t para menos de 4 mil t (1990-2002), e as importações no período (1992-2002) somam mais de um bilhão de dólares.
- Com a cultura do **bacuri**, apesar do crescimento do mercado, toda a oferta é extrativa, indicando que já devia estar com área plantada semelhante à do cupuaçu, com mais de 25 mil hectares cultivados.
- Este mesmo raciocínio seria válido para o plantio de espécies madeireiras nobres como o **mogno** (*Swietenia macrophylla*, King), que já devia estar com plantios em idade de corte, de pelos menos 40 mil hectares.
- A exportação de ferro-gusa, em 2003, de 2 milhões de toneladas no Pólo Carajás, indica que é necessário o corte anual de 120 mil hectares de plantios de **eucaliptos** (*Eucalyptus spp.*) e de outras espécies madeireiras de rápido crescimento para a produção de carvão vegetal.
- Outras oportunidades se apresentam para o cultivo de açazeiros, uvilla (*Pourouma cecropiifolia* Mart.), cubiu (*Solanum sessiliflorum* Dun.), araçá-boi (*Eugenia stipitata*), tagua (*Phytelephas macrocarpa* Ruiz & Pavon), tucumanzeiro, castanheira-do-pará, etc.

O manejo dos recursos extrativos, aumentando o *carrying capacity*, como é o caso dos açazeiros, sua disseminação por uma vasta área pode apresentar impactos ambientais que precisam ser avaliados. No caso da extração madeireira, o manejo florestal, tanto por grandes empresas - a recente tendência por meio das reservas extrativistas - quanto pela conservação e preservação dos ecossistemas, apresenta riscos, no contexto de longo prazo, no qual poderia estar oficializando a destruição. Não se pode esquecer que existem diversas situações peculiares na Amazônia e o modelo do Acre não pode ser generalizado para toda a região. Daí a necessidade de incentivar plantios, onde a responsabilidade estaria compartilhada, em vez de depender da natureza do presente e cujas responsabilidades em longo prazo podem ficar difusas.

Quando o mercado está em crescimento e o setor extrativo não consegue

atender, a domesticação torna-se inevitável, desde que o seu plantio seja dominado em bases econômicas. Enquanto o mercado for pequeno ou o produto extrativo existir em grande estoque, a economia extrativa tem condições de sobreviver. A criação de “mercados verdes”, tais como a do couro vegetal, camisinhas feitas de látex de seringais nativos, madeira manejada, produtos retirados da floresta, entre outros, vai depender da “democratização” desses produtos. Se tiverem um grande crescimento, a tensão entre a oferta e a demanda vai ser evidente, além de eficácia duvidosa da conservação dos recursos florestais em longo prazo. Desconhecer esse aspecto seria negligenciar as evidências históricas na Amazônia. A domesticação de produtos extrativos dependerá, então, do crescimento da população urbana e das exportações, entre outros. Enquanto essas transformações não acontecem, o mecanismo de autocontrole tende a restringir a domesticação ou a manutenção do dualismo do extrativismo com os plantios racionais. A manutenção do extrativismo está condicionado aos custos menores decorrentes da sua extração, aproveitando os lucros ricardianos, promovendo o aproveitamento dos estoques mais produtivos e de fácil acesso. Muitas vezes, o desconhecimento ou a inacessibilidade pode fazer com que os estoques mais produtivos sejam utilizados posteriormente.

Aproveitamento das áreas já desmatadas

Quanto ao terceiro equívoco, uma versão pessimista afirma que, em 2020, cerca de 95% da Amazônia estará desmatada. Em 1980, quando o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, divulgou a primeira estimativa da área desmatada na Amazônia Legal, com base nas imagens do satélite Landsat–MSS, referente a 1975, era pouco mais de 15 milhões de hectares. Em 1990, atingiu mais de 41 milhões de hectares; e mais de 62 milhões de hectares, em 2002³. Isso corresponde a mais de três vezes o Estado do Paraná ou mais que toda a Região Sul do país. Mesmo com esse ritmo, o máximo que se poderia alcançar seria dobrar a atual área desmatada, atingindo cerca de 30% da Amazônia Legal. O processo de urbanização da sociedade brasileira, em que menos de 19% da população é rural, prevalecendo tendência similar para a Região Norte, com 30% (Homma, 2001), não haverá mão-de-obra suficiente para promover tamanha envergadura de desmatamento.

³ informações obtidas no site: <http://www.inep.gov.br>

Os atuais níveis de desmatamento e queimadas escondem percentuais de áreas de vegetação secundária que precisam ser determinadas. A floresta original é a Primeira Natureza. As áreas de mata derrubada, a Segunda. O grande desafio de uma política pública para a Amazônia seria a de transformar parcialmente essa Segunda Natureza em atividades produtivas adequadas, recuperar áreas que não deveriam ter sido desmatadas e deixar outras áreas para recuperação natural, transformando-se em uma Terceira Natureza. São as áreas que, depois de serem alteradas, sofrem outra intervenção humana, ou para recuperação ou para um aproveitamento específico, como a agricultura. Em resumo: enquanto a maioria pensa em salvar o que resta da floresta, o importante seria recuperar o que já se devastou, reduzindo os custos dessa recuperação e criar uma economia que torne desinteressante o avanço sobre a floresta. Há necessidade de promover, portanto, uma grande revolução tecnológica na Amazônia, que não ocorreu até o momento.

Não se deve esquecer que os problemas da Amazônia não são independentes. Muitos deles só serão resolvidos com o combate à pobreza do Nordeste do Brasil que concentra 46% da população rural do país (Alves et al., 1999), de onde saem milhares de migrantes em busca de alternativa de sobrevivência e de esperanças. Outros estão relacionados à necessidade de mais reflorestamento no Sul e Sudeste do país, que consomem 66% da madeira extraída da Amazônia (Sobral et al., 2002).

Conclusões

Política agrícola *versus* política ambiental

A redução dos desmatamentos e queimadas e a geração de renda e emprego irão depender da adoção de uma efetiva política agrícola para resolver os próprios problemas ambientais. A conotação essencialmente ambientalista das políticas públicas na Amazônia sem a criação de efetivas condições para resolver os problemas do cotidiano tornam totalmente inúteis as propostas para se reduzir os impactos ambientais na região.

É de se questionar: se se aumentasse a eficácia da redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia e de outros graves problemas ambientais (extração madeireira ilegal, poluição mercurial, invasão de áreas indígenas, incêndios florestais, contrabando de recursos faunísticos, etc.), a ênfase no extrativismo não seria reduzida? As atuais tendências estão apontando o uso das populações tradicionais, indígenas e da agricultura

familiar na implantação de grandes espaços territoriais, alguns como espaços políticos, com a finalidade de conter a expansão da fronteira agrícola. A essas populações, cujo contingente tem sido reduzido nas últimas décadas, seria permitido a extração madeireira, dessa forma, viabilizando economicamente a sua permanência, não passível somente por meio da coleta dos produtos denominados de não-madeireiros. Com isso, também haverá uma troca dos fornecedores de madeira, antes restrito aos grandes madeireiros.

É importante promover a integração da agricultura e pecuária na Amazônia, reduzindo a participação porcentual relativo do uso de terra para pastagens. É evidente a competição entre o extrativismo vegetal e a atividade agrícola em termos de concorrência espacial. Conflitos de políticas públicas entre as diversas esferas dos governos federal, estadual e municipal, bem como de interesses de diversas ONGs e de setores privados, constituem grandes entraves para a redução da destruição ambiental na Amazônia.

Medidas concretas para a biodiversidade

Está ocorrendo uma forte inserção da economia amazônica no contexto mundial. Apesar disso, a ênfase dos movimentos ambientalistas em dar um sentido global para produtos locais podem apresentar restrições com a democratização do consumo e da limitação da oferta natural, decorrente da tensão com a demanda.

A aculturação e o desaparecimento das populações indígenas na Amazônia, e também do processo de urbanização e da migração de populações de outras partes do país, colocam em sérios riscos o conhecimento indígena e das populações tradicionais no aproveitamento da biodiversidade potencial e a sua conseqüente transformação em produtos econômicos.

A ênfase no extrativismo vegetal e na biodiversidade que está para ser descoberta está negligenciando as ações que precisam ser desencadeadas para implantar plantios de pau-rosa, bacurizeiro, seringueira, reflorestamento para produção de madeiras nobres, compensados e para carvão vegetal, além de outros cultivos. A exaltação da magnitude do potencial da biodiversidade da Amazônia está desperdiçando as potencialidades da biodiversidade do presente, tais como cacauzeiro, cupuaçuzeiro, açaizeiro, pastagens, dendezeiro, cafeeiro, laranjeira, entre dezenas de outras plantas e criações, cuja intensificação é importante para reduzir os desmatamentos e queimadas na Amazônia. A exploração da biodiversidade futura exige

metas concretas de domesticação, tais como de cinco novos recursos a cada quinquênio e, assim por diante.

A ênfase da biodiversidade em algo por descobrir tem prejudicado a definição de rumos concretos de políticas públicas na Amazônia, esquecendo a biodiversidade do presente e do passado. A domesticação traz riscos de pragas e doenças que devem ser minimizadas com esforços de pesquisa agrícola concreta, em vez de falácia da inaptidão dos trópicos para os cultivos agrícolas. A domesticação pode levar à concentração da produção, porém os benefícios sociais superam o da forma extrativa.

No que concerne ao patenteamento de produtos obtidos da biodiversidade e dos riscos de plantios em outros locais do país e do exterior, dependerá da formação de um parque produtivo local de produtos da biodiversidade que foram importantes no passado, são importantes no presente e da incorporação de novos produtos. A domesticação seria importante para a conservação dos recursos genéticos e a preservação dos ecossistemas, decorrentes do crescimento do mercado. A falta de atenção com relação a essas plantas potenciais aumenta o risco de patenteamento e o seu plantio em outras partes do país e do mundo.

Os limites da opção extrativa na Amazônia

O extrativismo foi importante no passado, é importante no presente, mas se precisa pensar no futuro. A despeito da sua importância no presente, em face da magnitude do estoque e do contingente populacional envolvido, das relações sociais e culturais, cria-se uma falsa expectativa, em parte gerada pelos ambientalistas e transformadas em políticas públicas, quanto à geração de renda e emprego para o conjunto da população regional e para a solução dos problemas ambientais. Há um vácuo tecnológico e de ações que precisam ser implementadas o mais breve possível sob risco de um atraso irreversível e da perpetuação da pobreza.

Alguns produtos são mais fáceis de serem domesticados. Aqueles produtos que apresentam alta elasticidade de demanda, ou quando todo o excedente do produtor é captado pelos produtores, apresentam grandes chances de sua domesticação imediata. Nem todos os produtos vão ser domesticados, aqueles que se apresentam em grandes estoques na natureza, baixa importância econômica, existência de substitutos, dificuldades técnicas para o plantio, longo tempo para a obtenção do produto econômico terão

maiores dificuldades para que se transformem em plantas cultivadas. Todavia, a manutenção do extrativismo vegetal implica as restrições das políticas de domesticação de recursos da biodiversidade, não criar alternativas econômicas, reduzir o custo de oportunidade da mão-de-obra, entre outros aspectos. Em médio e longo prazos, os custos sociais serão bastante elevados para os consumidores e produtores.

Referências

- Alves, E., Lopes, M.; Contini, E. 1999. O empobrecimento da agricultura brasileira. *Revista de Política Agrícola* 8 (3). 5-19, Brasília.
- Bacal, C. 2001. O paradoxo da exportação. *Gazeta Mercantil* 6., 7., 8. 07.2001: São Paulo. A-3.
- Buchalla, A. P. 2002. A era dos super-remédios. *Veja* 26.07.2002: São Paulo. 94-101.
- Cardoso, M. O. (ed) 1997. *Hortaliças não-convencionais da Amazônia*. Embrapa-SPI: Brasília. 150p.
- Coutinho, L. 2001. A floresta dá dinheiro. *Veja* 22.08.2001: São Paulo. 76-81.
- Ferreira, S.H. 2003. *Medicamentos a partir de plantas medicinais no Brasil*. ABC: Brasília. 142p. Acesso www.abc.org.br/~sferreira - 06/07/03.
- Gonçalves, V.A. 2001. *Levantamento de mercado de produtos florestais não-madeireiros – Floresta Nacional do Tapajós*. Promanejo-Ibama: Santarém. 65p.
- Homma, A. K.O. 1989. *A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia*. Universidade Federal de Viçosa: Viçosa. 575p.
- Homma, A.K.O. 2001. Amazônia: desenvolvimento sustentável como segunda natureza? *Revista de Política Agrícola* 10 (4) 34-37, Brasília.
- Homma, A.K.O. 2002. Biodiversidade na Amazônia: um novo Eldorado? *Revista de Política Agrícola* 11 (3). 61-71, Brasília.
- Homma, A.K.O. 2003. *História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*. Embrapa Informação Tecnológica: Brasília. 274p.
- Leakey, R.R.B.; NEWTON, A.C. 1994: Domestication of tropical trees for timber and non-timber products. *MAB Digest* 17. UNESCO: Paris. 94p..
- Leakey, R.R.B., Temu, A. B.; Melnyk, M.; Vantomme, P. 1996. Domestication and commercialization of non-timber forest products in agroforestry systems. *Non-Timber-Forest-Products* 9. FAO: Rome. 297p.
- Pastore Júnior, F.; Borges, Vag-Lan. 2003. *Extração florestal não-madeireira na Amazônia: armazenamento e comercialização*. IITO–Funatura–Ibama–Lateq–UnB: Brasília. 73p.
- Pastore Júnior, F.; Borges, Vag-Lan. 1998. *Produtos florestais não-madeireiros: processamento e comercialização*. IITO–Funatura–UnB–Ibama: Brasília. 54p.
- Ricúpero, R. 2000. Os cafezais de Hamburgo. *A Lavoura* 102 (631):30 Rio de Janeiro.

Silva, S.R.; Buitrón, X.; Oliveira, L.H.O.; Martins, M.V.M. 2002. *Plantas medicinais do Brasil: aspectos gerais sobre legislação e comércio*. Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha e Ibama: Brasília. 63p.

Sobral, L., Veríssimo, A.; Lima, E.; Azevedo, T.; Smeraldi, R. 2002. *Acertando o alvo 2: consumo de madeira amazônica e certificação florestal no Estado de São Paulo*. Imazon, Belém. 72p.

Vilela-Morales, E.A.; Valois, A.C.C. 2000: Recursos genéticos vegetais autóctones e seus usos no desenvolvimento sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia* **17 (2)** 11-42, Brasília

www.ibge.gov.br. Acesso em 06/07/03.

www.ibama.gov.br. Acesso em 06/07/03.

www.inpe.gov.br. Acesso em 06/07/03.

www.mma.gov.br. Acesso em 06/07/03.

www.mdic.gov.br. Acesso em 06/07/03.

www.mda.gov.br. Acesso em 06/07/03.